

## **ELEMENTOS DE AUTORITARISMO NA PROPOSTA DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO NO GOVERNO JK**

Joana D'Arc Moreira Nolli\*  
Ana Cleide Chiarotti Cesário\*\*

A democracia, a liberdade para que todos expressassem sua opinião sem que ela fosse considerada um delito, foram temas recorrentes nos discursos de Juscelino Kubitschek (JK) desde sua campanha para presidente e por todo o seu governo (1956-1961). Tanto é que o Governo JK é considerado por muitos autores<sup>1</sup> como o mais democrático e o mais estável do momento canônico<sup>2</sup> da política brasileira. JK foi o único presidente civil entre 1930 e 1964 que conseguiu se manter até o fim do mandato por meios constitucionais. Foi o presidente que mobilizou a esperança como recurso de poder, combinando desenvolvimento econômico com democracia, mantendo-se, assim, no imaginário político brasileiro como um exemplo e um legado dos quais os atores políticos procuram se apropriar.

Contudo, análises sobre o período indicam também que mesmo alcançando um certo grau de estabilidade, o Governo JK ocorreu num momento de ampliação da participação política e, conseqüentemente, de politização das forças populares, sendo, portanto, um momento marcado por inúmeras crises.

Considerando que a manutenção da ordem era fundamental para a concretização do plano de desenvolvimento proposto por JK, o objetivo neste trabalho é buscar a presença de elementos de autoritarismo no período. A “Marcha da Produção”, movimento de cafeicultores do norte do Paraná e do oeste de São Paulo, que aparece como elemento

---

\* Mestranda em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina

\*\* Profª Drª em Ciência Política da Universidade Estadual de Londrina

<sup>1</sup> Para uma compreensão sobre a estabilidade no Governo JK ver: Benevides Maria Victoria . *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; Lafer, Celso. *JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

<sup>2</sup> De acordo com Bolívar Lamounier (1986, p. 35-38) o período de 1945 a 1964 pode ser interpretado como um momento canônico no sistema político brasileiro no tocante aos partidos políticos. A partir da Constituição de 1946 a nova legislação partidária possibilitou maior dinamicidade e competitividade destes, ou seja, houve um fator de dinamização do regime político democrático. Pela primeira vez partidos nacionais foram formados e ainda houve a curta legalidade do Partido Comunista. Entender esse momento canônico permite a compreensão das formações partidárias passadas, presentes e futuras.

desestabilizador do Governo JK em 1958, apresenta-se como o acontecimento político que expressa a politização das forças sociais e que, ao expressá-la, é reprimido. A Análise de Discurso (AD) de linha francesa apresenta-se como teoria e método que permite buscar, através do discurso de JK e do discurso de Álvaro Godoy, principal protagonista da “Marcha”, elementos que indicam a existência de sentidos inerentes ao autoritarismo.

A proposta de desenvolvimento econômico de JK pretendia realizar “50 anos em cinco”. A ordem, como já foi dito, era condição indispensável para o êxito do Programa de Metas<sup>3</sup>. A efervescência política, civil e militar do período levou JK a manter o aparelho militar nos órgãos do Estado e exigiu uma política conciliatória quanto à atuação partidária e quanto à política econômica.

Mesmo assim várias crises marcaram o Governo JK, porém, até 1958 essas crises não iam de encontro aos interesses da política de desenvolvimento acelerado, que obteve sucesso e proporcionou o que ficou denominado de “milagre” desenvolvimentista<sup>4</sup>.

Na primeira metade do Governo JK, a ideologia desenvolvimentista, cuja finalidade era fazer com que todos se interessassem pelo desenvolvimento, alocou recursos e valores tanto no plano interno como no externo, conseguindo controlar as tensões sociais e políticas.

No plano interno a crença no desenvolvimento mobilizou toda a sociedade. Para a burguesia industrial em expansão, o desenvolvimento evitava a ênfase na intervenção estatal da economia. A classe trabalhadora foi mobilizada através do exercício do trabalho pela crença num futuro melhor. Para as Forças Armadas, em termos de defesa nacional (transporte, comunicação, energia, material bélico em geral), o desenvolvimento econômico era indispensável. E quanto à esquerda, o próprio Partido Comunista defendia uma posição

---

<sup>3</sup> O Programa de Metas elaborado ainda durante a campanha de JK para presidente englobava cinco setores: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação, desdobrados em trinta metas, além da construção de Brasília, a meta-síntese. Com exceção da agricultura e da educação, as metas foram alcançadas e algumas até ultrapassadas.

<sup>4</sup> Vizentini usa a expressão ‘*milagre*’ desenvolvimentista para designar o biênio 1956-1957. Também define o período que sucede como o *fim do ‘boom’ econômico*. Período que exigiu a retomada de uma ativa política externa face aos EUA, bem como um discurso diplomático de tom nacionalista. Para o autor, a Operação Pan-Americana (OPA) representou um ponto de inflexão diplomático e o fato mais importante da conjuntura que se abria, isto é, a política exterior como instrumento fundamental das necessidades do desenvolvimento brasileiro.

de aliança e conciliação, uma vez que a política econômica de JK era um mal bem menor do que a oposição udenista (cf. Benevides, 1979, p. 239-241).

No plano externo, o desenvolvimento convergia com os interesses dos países do primeiro mundo, já que se fundamentava na associação estreita com o capitalismo internacional e no alinhamento automático com os EUA em termos econômicos.

Mas a partir de 1958, o Programa de Metas estava comprometido. O primeiro impulso de industrialização do Governo JK começou a se desacelerar e as crises se acirraram devido ao aumento da inflação e do endividamento externo que se agravava de forma preocupante por causa da queda das receitas das exportações brasileiras, cujo caso mais grave era o do café, pois o declínio dos preços que já vinha ocorrendo há algum tempo, intensificou-se.

Embora o presidente insistisse no discurso desenvolvimentista e justificasse a crise como própria do crescimento, o mal-estar era crescente e a situação do projeto de desenvolvimento era precária (Vizentini, 2004, p. 100). As pressões vinham de todos os lados. Externamente, o capital estrangeiro só continuaria a entrar no país sob a condição de que se desenvolvesse uma política de austeridade fiscal, o que inviabilizaria a conclusão do Programa. Internamente, o governo enfrentava as pressões e críticas dos interesses estrangeiros e dos sindicatos trabalhistas, os redobrados ataques da UDN e dos grupos exportadores (cafeicultores). A ordem só era possível por meio de ameaças ou pela própria repressão aos movimentos populares (cf. Almeida, 2005, p. 65-105).

Surge dessa conjuntura a necessidade de alocar mais recursos e valores. A Operação Pan-Americana (OPA), idéia que sai diretamente do Palácio do Catete no Rio de Janeiro para as mãos do presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, e que pede uma revisão do pan-americanismo, seria o instrumento da alocação de recursos e valores e também a forma de legitimar a repressão a qualquer tipo de manifestação popular<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> A idéia da OPA surgiu após uma visita do vice-presidente Norte americano, Richard Nixon, aos países da América Latina. A intenção de Nixon era expor aos vizinhos do Sul as boas razões da política de Washington para o continente. Mas a visita quase acabou em desastre. Ocorreram manifestações populares na Venezuela e

Como o contexto era de Guerra Fria, ao lançar a OPA, JK declarava o comunismo como o sistema contrário à democracia, aos princípios morais e cristãos e o subdesenvolvimento como um perigo de subversão. O que JK buscava ao produzir esses sentidos era atrair tanto os dirigentes da América Latina como as Forças Armadas brasileiras e, especialmente, o presidente dos EUA para a questão do desenvolvimento do Brasil e da América Latina. O argumento era que só o desenvolvimento poderia manter, além da ordem interna, a segurança do ocidente, ou seja, o desenvolvimento seria a base de sustentação para a segurança, pois, com o desenvolvimento, a pobreza, condição que permite a infiltração de idéias subversivas, seria eliminada.

Os efeitos ideológicos desse discurso davam ao desenvolvimento uma característica explicativa de todos os acontecimentos, ou seja, o desenvolvimento aparecia como algo que tudo resolvia e explicava. Externamente, significava integrar definitivamente o país no sistema capitalista. Internamente, a certeza de que o governo estava, mesmo à custa de sacrifícios, construindo um futuro melhor.

As Forças Armadas, na época uma força social com acesso direto ao aparelho de Estado, foram primeiramente cooptadas para cargos da administração pública e posteriormente recrutadas pela ideologia desenvolvimentista. O comprometimento das Forças Armadas com o desenvolvimento econômico era de fundamental relevância para JK. Ele reconhecia que essa instituição garantiria a ordem pública (tranquilidade social e disciplina militar) e a ordem política (manutenção do regime, do sistema, pelo combate à subversão), reconhecia que as Forças Armadas não atuavam no período apenas como Aparelho Repressivo, controlando os meios de coerção legal, mas também como Aparelho Ideológico de Estado que poderia reproduzir sentidos autoritários que legitimassem o modelo de desenvolvimento adotado.

---

no Peru, cujo objetivo era expressar o descontentamento com a falta de recursos para amenizar o subdesenvolvimento latino americano. Para proteger o seu vice, Eisenhower mobilizou tropas para um eventual desembarque e resgate de Nixon em Caracas, gerando uma onda de protestos políticos em todo o continente (cf. Moura, 2002, p. 51).

Assim, quando se dirigia aos militares, JK utilizava uma linguagem nacionalista e anticomunista, com a qual a maioria dos oficiais podia concordar. Enunciava que a segurança do ocidente, do regime democrático, tema central da OPA, se fundamentava no desenvolvimento. Essa era uma forma de dizer aos militares que toda e qualquer ação que pudesse ameaçar o programa de desenvolvimento deveria ser reprimida, uma vez que os benefícios do desenvolvimento não atingiriam apenas setores, grupos ou classes e sim toda a Nação e até mesmo todo o ocidente.

Tal discurso alterou o legalismo militar. O que antes significava um legalismo de respeito à Constituição e subordinação à lei, passou a ser um legalismo condicionado a uma postura basicamente anticomunista e que considerava subversiva toda e qualquer manifestação popular. De acordo com Cardoso (1978, p. 259) foi nesse período que o termo *subversivo* passou a ser utilizado para designar qualquer manifestação, fosse aquela que se opunha de fato ao regime estabelecido, fosse aquela que não era contrária ao sistema como tal, mas sim contrária à imposição de políticas que não se adequavam aos interesses do grupo.

A repressão à “Marcha da Produção” indica como o discurso da OPA, envolvendo desenvolvimento e segurança materializou o autoritarismo. O movimento, formado por cafeicultores do Norte do Paraná e do Oeste paulista, tinha como objetivo marchar em caravana até o Palácio do Catete para entregar ao presidente um conjunto de reivindicações que expressava o descontentamento com a política cafeeira adotada pelo governo brasileiro.

A cafeicultura era até então a principal atividade econômica de uma frente de expansão capitalista e o único setor capaz de obter as divisas para a expansão industrial (cf. Lafer, 2002, p. 44), mas o projeto de desenvolvimento de JK, via industrialização e urbanização, não era compatível com o dos cafeicultores, pois, enquanto para JK a industrialização significava progresso e modernização, para os cafeicultores do Norte do

Paraná o discurso do progresso estava atrelado à lavoura cafeeira, um tipo de ocupação racional com ações planejadas para o campo e criação de cidades<sup>6</sup>.

Os problemas relacionados ao café em 1958 atingiam o Governo JK internamente e externamente. No Brasil, os cafeicultores pressionavam pela estabilidade de preços, contra o confisco cambial e os EUA declaravam inútil qualquer auxílio ao café se o governo continuasse a financiar as safras acima das possibilidades. A superprodução brasileira e as divergências entre os produtores africanos e latino-americanos fizeram fracassar as tentativas de sustentação dos preços do café por parte do governo (cf. Vizentini, 2004, p.99).

Assim, no primeiro semestre de 1958 iniciou-se um trabalho que daria forma e figura à "Marcha". Álvaro Godoy, presidente da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná (ANLP), foi o sujeito/ator que se fez ouvir. O jornal Folha de Londrina, que se posicionava a favor dos cafeicultores, passou a dar ampla cobertura ao acontecimento. As palestras de Godoy, pronunciadas na Rádio Londrina, eram transcritas em sua íntegra pelo jornal e notícias sobre o acontecimento eram sistematicamente publicadas.

O vínculo partidário dos líderes da associação dos cafeicultores (Álvaro Godoy e Hugo Cabral) com a UDN indica, de acordo com Cesário (2005, p. 5), que se manifestou no município a conhecida clivagem da política brasileira existente naquele momento entre "os de dentro e os de fora", ou seja, entre a aliança de apoio a JK, formada pelo Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a oposição da União Democrática Nacional (UDN). Por ser a UDN um partido fortemente organizado em Londrina e por ser a cafeicultura o núcleo duro da economia nacional até aquele momento, o

---

<sup>6</sup> O discurso do progresso atrelado à lavoura cafeeira iniciou-se logo após a colonização de Londrina. A Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), foi responsável pelo projeto de ocupação de mais de 500.000 alqueires de terras na região. Associando capitais ingleses e capitais nacionais (paulista e mineiro) a CTNP estabeleceu um *compliance* político com o governo do estado, tendo, portanto, liberdade de ação. Passado um breve período de exploração de madeira, o projeto definiu a cafeicultura como a principal atividade econômica de uma frente de expansão capitalista (cf. Cesário, 2005, p.1).

movimento repercutiu nacionalmente, criando instabilidade num momento em que o governo necessitava de credibilidade para dar continuidade ao plano de desenvolvimento.

Por um lado, a discursividade revelada no conjunto de “palestras” proferidas por Godoy, alternava elementos de conhecimento técnico sobre a cafeicultura e a economia cafeeira em oposição ao discurso oficial, reiterando sempre que o desenvolvimento proposto por JK não poderia deixar de lado a agricultura, especificamente a cafeicultura, sustentáculo da economia brasileira. Mas, por outro lado, para legitimar a legalidade da “Marcha”, Godoy produzia sentidos que iam ao encontro dos sentidos produzidos nos discursos sobre o desenvolvimentismo naquele momento, a do anticomunismo. Demonstrando sujeição a uma ideologia burguesa do tipo liberal, ao mesmo tempo em que clamava por liberdade de iniciativa econômica reivindicava protecionismo, expressava que o movimento era legítimo porque se tratava de um movimento com princípios morais e cristãos, cujos integrantes eram homens de esclarecido espírito patriótico, homens de bem que lutam por seus direitos e deveres e não arruaceiros e desordeiros.

Em 26 de setembro de 1958, Godoy envia um telegrama em nome da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná (ALNP) dizendo no último parágrafo o seguinte: *Repelimos, energicamente, os termos demagogia subversiva. Somos lavradores e tão patriotas como a V. exa. Solicitamos, ainda, que V. exa. Mande sindicatizar sobre quem são os organizadores.*

Porém, argumentar que o movimento era anticomunista, que todos os seus integrantes eram “cristãos, amantes da Pátria, do trabalho e da terra e confiantes nos destinos do país”, não evitou a repressão. O Ministro da Guerra de JK, Marechal Lott, deslocou efetivos militares para Jacarezinho (fronteira do Paraná com São Paulo) para impedir a passagem da caravana. Londrina e Maringá foram sitiadas por forças do Exército, compostas, de acordo com o jornal, de mais ou menos mil soldados, com os respectivos apetrechos bélicos, inclusive metralhadoras.

Os cafeicultores de Londrina desistiram do movimento e os de Maringá insinuaram persistir, até que o líder da “Marcha” daquele município, Renato Celidônio, se apresentou ao comando das forças do Exército e anunciou que a manifestação não mais ocorreria. O Exército ainda permaneceu na região até o dia 31 de outubro.

Desse modo, mais do que tentar demonstrar a existência de um conflito entre a indústria e a agricultura, a intenção foi demonstrar como a ideologia desenvolvimentista expressou elementos de autoritarismo que resultaram em repressão. Os integrantes da “Marcha” não se colocavam contrários ao sistema como tal, portanto, na concepção de JK não eram o “inimigo traiçoeiro”, aquele que se opõe de fato a sua proposta de desenvolvimento, mas era o “inimigo inconsciente”, que se opõe às medidas adotadas pelo governo por não se adequarem inteiramente às necessidades do grupo.

Mesmo assim, JK não fazia muita distinção, pois qualquer um desses tipos de “inimigos” se opunham, de uma forma ou de outra, ao seu projeto de desenvolvimento. E embora o seu discurso explicitasse o comunismo como o único “inimigo” a ser combatido, ficava implícito que não compactuar com o seu modelo de desenvolvimento industrial significava ser “inimigo” não somente do seu governo, mas da Nação como um todo, uma vez que ele acreditava que a sua proposta era a certa (cf. Cardoso, 1972, p. 234).

Na prática, a presença do aparelho militar nos órgãos do Estado, serviu, segundo Maranhão (1981, p.273), para deixar mais longe dos olhos e das mãos das forças políticas civis (e particularmente das forças populares) o sistema de decisões. É certo que JK reprimia nos marcos da legalidade<sup>7</sup>, mas foi objetivamente antidemocrática a participação direta do Exército na repressão a manifestações políticas, inclusive como a que se fez para reprimir a “Marcha da Produção”.

---

<sup>7</sup> De acordo com Francisco de Assis Barbosa (apud. Benevides, 2002, p. 34), o compromisso de JK com a legalidade foi um dos pontos de honra de seu governo, porém, a legalidade para JK traduzia-se na manutenção do regime democrático. Isso justifica o *slogan* “mudar dentro da ordem” utilizado por JK durante todo o seu governo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fábio Rodrigues de. Nacionalismo e dependência nos anos dourados: bem mais do que um espetáculo de crescimento; muito aquém da emancipação nacional. In: *Ciências Sociais na atualidade: resistência e invenção*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 65-105.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 1979.

\_\_\_\_\_. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: *O Brasil de JK*. Org. Ângela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª ed., 2002, p. 21-38.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1978.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti et al. *A Marcha da Produção no Norte do Paraná*. Artigo elaborado para apresentação no XII Congresso Brasileiro de Sociologia em Belo Horizonte-MG, de 31/05 a 03/06/2005.

GODOY, Álvaro. *Fala novamente sobre a “Marcha da Produção” o presidente da ALNP*. Folha de Londrina, 05/09/1958, p. 05.

GODOY, Álvaro et al. *Denúncia da lavoura contra a articulação comunista em londrina*. Manifesto entregue ao delegado regional de polícia, Dr. João da Rocha Chueiri, publicado pela Folha de Londrina em 19/05/56.

KUBITSCHKEK, Juscelino. Exposição do Presidente da República às Forças Armadas (17 de junho 1958). Extraído de *Resenha do Governo do Presidente Kubitschek (1956-1961)*. Tomo I. Presidência da República. Serviço de Documentação. Rio de Janeiro, 1960, p. 223-225.

\_\_\_\_\_. Discurso de Juscelino à Nação e aos representantes dos Estados Americanos (10 junho 1958). Extraído de *Operação Pan-Americana*. Ministério das Relações Exteriores. Seção de Publicações. Rio de Janeiro, 1958.

LAFER, Celso. *JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Trad. Maria Victoria Benevides. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar, MENEGUELLO, Raquel. *Partidos Políticos e consolidação democrática: o caso do Brasil*. São Paulo: IDESP, 1986.

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política “populista” no Brasil (1954-1964). In: *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano – Sociedade e política (1930-1964)*. Tomo III. Direção de Boris Fausto. São Paulo: Difel, 1981, p. 259-294.

MOURA, Gerson. Avanços e recuos: a política exterior de JK. In: *O Brasil de JK*. Org. Ângela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª ed., 2002, p. 39-66.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2000.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004.